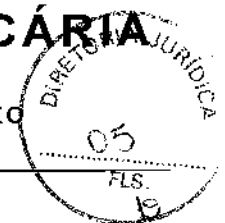




CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato



PROCESSO LEGISLATIVO Nº 61/2020

PROJETO DE LEI Nº 10/2020

PROTOCOLO Nº 363/2020

EMENTA: “ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N. 3484, DE 13 DE JUNHO DE 2019, CONFORME ESPECIFICA”.

INICIATIVA: COMISSÃO EXECUTIVA

PARECER Nº 06/2020

I – DO RELATÓRIO

A Comissão Executiva submete à apreciação Plenária o Projeto de Lei em epígrafe que dispõe sobre a alteração e revogação da Lei Municipal nº 3484, de 13 de junho de 2019.

O presente Projeto de Lei vem acompanhado da justificativa a qual se pronuncia que o Presente Projeto de Lei tem por finalidade a exclusão do Presidente da Câmara e de mais dois Vereadores do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Araucária, o AvançAraucária. Essa medida é necessária para ir de encontro com o que diz a Constituição Federal, na qual, em seu art. 2º garante que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si.

Após breve relatório, segue o parecer.

II - ANÁLISE JURÍDICA QUANTO A REGULARIDADE NA TRAMITAÇÃO

Consta na Constituição Federal em seu art. 30, I e posteriormente transcrito para a nossa Lei Orgânica no art. 5º, I que compete ao Município legislar sobre interesse local:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;”



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

No que concerne a propositura do projeto de lei, está expressamente contido no art. 40, § 1º “d” o que compete à Comissão Executiva:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

a) do Vereador;

b) do Prefeito;

c) da população, subscrita por 5% (cinco por cento) do total de eleitores do Município;

d) da Comissão Executiva da Câmara Municipal. (grifamos)

Outrossim, importa referir que a presente proposição tem como finalidade a alteração da redação do art. 4º, da Lei Municipal nº 3.484/2019, bem como, a revogação dos incisos XV e XVI, do mesmo artigo. A alteração se refere a composição Plenária, tendo a seguinte redação: “A Plenária terá 23 (vinte e três) membros, composta por um Presidente de Honra e Conselheiros que representam as entidades detentoras do mandato, é o órgão máximo do AvançAraucária, possui caráter consultivo e deliberativo, tendo a seguinte composição (...)”.

Em conformidade com o Presente Projeto, destacamos que a participação de Vereadores em Conselhos Municipais é inconstitucional, em face dos conselhos serem órgãos que compõem a estrutura do Poder Executivo. A inconstitucionalidade se impõe no princípio da independência e autonomia dos dois Poderes Municipais, no art. 2º da Carta Magna:

Art. 2º São Poderes da União, independente e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Desta feita, a participação dos Vereadores no Conselho Municipal estaria em afronta à Constituição Federal que trata da separação e harmonia dos Poderes. O princípio da independência de atuação dos dois



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato



órgãos do governo municipal impede que os membros da câmara de vereadores se vinculem ao Chefe do Executivo Municipal. Porém, é importante ressaltar que os Vereadores podem e devem acompanhar os trabalhos dos Conselhos Municipais, pois o Legislativo é órgão de controle externo da Administração Pública local.

O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou ação direta de inconstitucionalidade, declarando a inconstitucionalidade parcial de lei municipal que continha determinação de compor com dois representantes do Legislativo o conselho municipal de desenvolvimento urbano:

INCONSTITUCIONALIDADE - Ação direta - Lei complementar municipal - Determinação para composição de conselho municipal de desenvolvimento urbano por dois representantes do Poder Legislativo - Invasão legislativa nas atribuições do Poder Executivo - Ofensa ao princípio da separação dos Poderes - Impossibilidade de participação de membro do Poder Legislativo em órgão que pertence ao Poder Executivo - Violação ao artigo 5º, § 2º, da Constituição Estadual - Ação procedente.

Seguindo esta linha de raciocínio temos o seguinte entendimento:

O Pleno do Tribunal de Justiça deferiu a liminar presente na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 999., que atacou os artigos 163, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Campina Grande; e 2º, I, da Lei nº 2.886/94, por entender que os mesmos violaram os arts. 10, VII, 12, 54, XVIII, e 56, I, a e b, da Constituição do Estado. A ADIn foi proposta pelo Ministério Público estadual e o relator foi o desembargador Genésio Gomes Pereira Filho.

O MP sustenta que integrante do Poder Legislativo não pode participar do Conselho Municipal de Saúde, porque está impedido de exercer cargo ou função em órgão que faz parte de pessoa jurídica de direito público, pois estaria subordinado



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

direta ou indiretamente ao prefeito, afetando a independência entre os Poderes.

Também foi requerida a concessão da medida liminar, a fim de suspender a eficácia dos termos Poder Legislativo (no art. 163 da Lei Orgânica de Campina Grande) e representante do Poder Legislativo Municipal (no art. 2º, item 4, da Lei 2.886/94), pedindo a sua inconstitucionalidade.

Na análise da questão, o relator entendeu que, se o artigo 56 da Constituição Estadual não permite que os deputados estaduais aceitem ou exerçam cargo, função ou emprego remunerado, com pessoa jurídica de direito público, também os vereadores não o podem fazer.

Permanecendo os artigos da Lei Orgânica ora questionados em sua plena eficácia estar-se-ia permitindo que um vereador fizesse parte de um órgão do Poder executivo cujo objetivo é formular e controlar a execução da política municipal de saúde. Ao que parece, não existiria independência entre os Poderes e ocorreria um descumprimento da regra prevista da Constituição Estadual, afirmou o desembargador-relator.

Ele salientou, ainda, que o deferimento desta medida não impede a atuação do Conselho Municipal de Saúde, apenas não permitirá a atuação do vereador no mesmo, o que não acarretará prejuízo, pois dentre os 27 membros do colegiado, apenas um não poderá atuar até que se decida o mérito da presente ação.

O relator determinou a notificação do prefeito de Campina Grande e do presidente da Câmara Municipal para que prestem as informações que entenderem necessárias, no prazo de 30 dias, bem como a citação do procurador-geral do Estado para mais informações, no prazo de 40 dias.(texto



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato



extraído do link:
<https://jurisway.jusbrasil.com.br/noticias/2538915/pleno-defere-liminar-em-adin-e-veta-participacao-de-vereador-no-conselho-municipal-de-saude>)

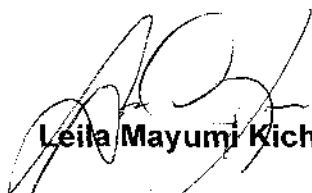
3. DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, entendemos que o Projeto de Lei em epígrafe NÃO SE ENCONTRA MACULADO PELO VÍCIO DA INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. OPINA ESTA DIRETORIA JURÍDICA PELA REGULAR TRAMITAÇÃO, devendo ter o seu mérito submetido à apreciação do Plenário desta Câmara Legislativa, respeitando-se, para tanto, as formalidades legais e regimentais, bem como as recomendações supramencionadas.

Diante do previsto no art. 52, I do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária a matéria está no âmbito de competência da **Comissão de Justiça e Redação** a qual caberá lavrar o parecer ou solicitar informações que entender necessárias.

É o parecer.

Diretoria Jurídica, 03 de Fevereiro de 2020.


Leila Mayumi Kichise
OAB/PR nº 18442

Rafaella Moreira Lemos
Estagiária de Direito